



## Cooperativa remunera o Capital e ainda devolverá Sobras aos associados

Sicoob Coopsef apresenta resultados positivos, comprova sua boa situação financeira, remunera o Capital Social e fará a distribuição de R\$6,52 milhões em Sobras Líquidas, conforme decisão tomada pelos cooperados presentes à AGO, após aprovarem por unanimidade as contas do exercício 2018. Quem quiser receber as Sobras em espécie tem até o dia 30 de abril para apresentar requerimento.

**Leia matérias nas páginas 3 a 23**

**Aproveite, deposite na Poupança Sicoob e concorra a prêmios.**

# O sucesso da Cooperativa é fruto da responsabilidade de cada um de seus associados



Seguindo rigorosamente o que determina a legislação pertinente, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de prazos, fizemos publicar Edital de Convocação para a realização em 12 de fevereiro de assembleias Geral Extraordinária e Geral Ordinária do Sicoob Coopsef. E é com grata satisfação que eu, na qualidade de presidente do Conselho de Administração, quero aqui reiterar meus agradecimentos a todos aqueles que compareceram e, por unanimidade, aprovaram as contas do exercício 2018, além de serem decisivos na aprovação de outros itens estabelecidos na AGE e na AGO.

É muito gratificante para todos nós – dirigentes, funcionários e cooperados – encerrarmos mais um exercício com um excelente resultado financeiro. Isto nos enche de orgulho, pois sabemos que a cada ano se torna mais desafiador apurar um resultado suficiente para remunerar o Capital e ainda conseguir Sobras líquidas para devolver parte do que os cooperados pagaram de juros ao longo do ano.

No Sicoob Coopsef, há anos temos vencido esse desafio e eu atribuo isso àqueles que conhecem e reconhecem o poder do cooperativismo como gerador de benefícios práticos, seja em nível econômico ou social. Ao apurar Sobras brutas de R\$12,05 milhões e devolver as Sobras líquidas no valor de R\$6,52 milhões, a nossa Cooperativa reafirma sua solidez no mercado financeiro e gera um benefício diferenciado para seus associados.

Já disse e reitero: precisamos lembrar sempre

que somos uma Cooperativa de Crédito, instituição financeira regida por normas do Banco Central do Brasil. Somos uma sociedade de pessoas com finalidade econômica e não uma associação de classe, que está voltada para a promoção de assistência social, cultural de seus associados.

As operações de uma Cooperativa, todas elas, bem como os atos de seus administradores, são acompanhadas rigorosamente pelo Banco Central e também pelas entidades representativas do cooperativismo, como Sicoob Confederação e Central das Cooperativas. Portanto, cumprir as determinações legais é o primeiro passo para garantir o funcionamento da Cooperativa e a sua permanência no concorrido mercado financeiro.

Sem falsa modéstia afirmo que é graças a boa e firme administração dos desafios do dia a dia que o Sicoob Coopsef tem obtido desempenho exemplar entre as cooperativas de crédito e gerado resultados positivos para seus associados. Estes, por sua vez, devem conhecer obrigatoriamente seus Direitos e Deveres – estão lá nas primeiras páginas de nossa Agenda anual -, e contribuir ativamente para o sucesso da Cooperativa.

Em meu nome e dos demais dirigentes, agradeço a todos os associados pela confiança depositada na Cooperativa, utilizando seus produtos e serviços e contribuindo de forma decisiva para o excelente resultado alcançado em 2018 e que permitiu remunerar o Capital e distribuir Sobras.

Antônio de Ávila e Silva  
*Diretor-Presidente do Sicoob Coopsef*



# COOPERATIVA E SEU NOVO ESTATUTO SOCIAL

*Sicoob Coopsef  
implementa a  
Governança  
Cooperativa e  
profissionaliza ainda  
mais sua gestão  
administrativa*

Para dinamizar e profissionalizar cada vez mais a administração cooperativista no País, conforme determina o Banco Central do Brasil e o Sicoob Confederação, o Sicoob Coopsef

realizou em 12 de fevereiro Assembleia Geral Extraordinária, seguida de Geral Ordinária, conforme disposto em Edital de Convocação e de acordo com a legislação pertinente. Na AGE, os cooperados presentes aprovaram a reforma integral do Estatuto Social, bem como a adequação do Regimento Eleitoral a esse novo estatuto.

As alterações no Estatuto foram pontuais e enquadraram a nossa Cooperativa no padrão estabelecido pelo Sicoob Confederação, que torna uniforme e padronizado o funcionamento das cooperativas em todo o País. Com o Estatuto Social aprovado, o Sicoob Coopsef implanta definitivamente o sistema de Governança Cooperativa exigida pelo Banco

Central do Brasil e Sicoob Confederação, visando qualificar e dar mais segurança aos trabalhos desenvolvidos nas cooperativas.

Antes de serem levadas à aprovação na AGE, as mudanças foram apreciadas por uma comissão constituída pelos cooperados e ex-secretário da Fazenda, Evandro de Pádua Abreu, Carlos Eugênio Souto Maior Filizola, José Alfredo Borges e José Magalhães Dias. Esses cooperados deram, de forma espontânea, desprendida e profissional, significativa contribuição para o enquadramento do texto do Estatuto Social ao padrão estabelecido pelos órgãos regulamentadores, destacou o Diretor-Presidente Antônio de Ávila e Silva.

## MAIS SERVIDORES PÚBLICOS podem ser associados da Cooperativa

Fundada há 38 anos pelo incansável trabalho do ex-presidente Dilson José de Resende e com o nome de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, a nossa COOPSEF é hoje a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais – SICOOB COOPSEF, conforme foi provado em Assembleia Geral Extraordinária, com a reforma do Estatuto Social.

Com a alteração processada, a Cooperativa amplia a possibilidade para que servidores de outros órgãos oficiais do Estado se associem e se beneficiem das mesmas vantagens já oferecidas aos oficiais de serviços operacionais, técnicos, analistas, gestores e fiscais da SEF/MG. “A ampliação do quadro de associados é de vital importância para a sustentação das atividades da Cooperativa e para a geração de benefícios a um número maior de servidores públicos” – afirma o Diretor-Presidente.



## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Pelo novo Estatuto Social, a estrutura administrativa do Sicoob Coopsef muda e passa ter uma Diretoria Executiva constituída por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e de Normas, e um Diretor Financeiro e Comercial, que se dedicarão a funções operacionais e executivas. De acordo com a legislação vigente, esses diretores não mais farão parte do Conselho de Administração, como acontecia anteriormente, passando este a ter um Presidente e um Vice-presidente, além de sete conselheiros.

“A segregação de funções acontece em todas as áreas da Coopera-

tiva e torna sua administração cada vez mais profissional e segura” – ressalta o Diretor-Presidente Antônio de Ávila, acrescentando que os diretores serão contratados por sua experiência no mercado financeiro.

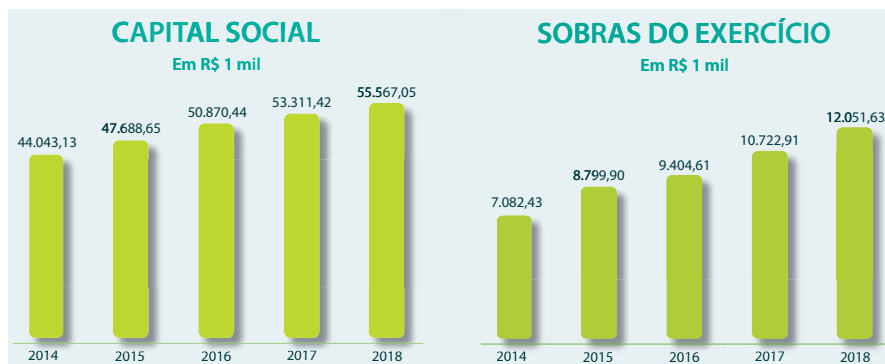
Como representante do Sicoob Central Cecremge na AGE, o assessor especial Raimundo Sérgio Campos explicou que a segregação de funções está prevista na Lei 5764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo. Trata-se, portanto, da implementação definitiva de um dispositivo legal no Sicoob Coopsef, conforme determina o Banco Central, acrescenta Raimundo Campos.

*A segregação de funções consiste na separação das funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização. Para evitar conflitos de interesses, é necessário repartir funções entre os servidores para que não exerçam atividades incompatíveis, como executar e fiscalizar uma mesma atividade.*



# COOPERADOS APROVAM CONTAS DO EXERCÍCIO 2018

*Cooperativa apresenta excelente resultado e Sobras serão devolvidas aos associados, conforme decisão em AGO*



Mais uma vez, o Sicoob Coopsef apresenta resultado positivo e estará devolvendo Sobras para seus cooperados. Receberão uma parcela maior aqueles que mais tomaram empréstimos e fizeram operações com a Cooperativa no ano passado. A decisão foi tomada pelos cooperados presentes na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 12 de fevereiro, ao aprovarem por unanimidade as contas do exercício 2018.

Atendendo adequadamente aos seus associados, principalmente na questão de empréstimos com juro menor, a Cooperativa conseguiu manter seus negócios e fechou 2018 com Sobras brutas no valor de R\$12,05 milhões. Após o pagamento

de juros ao capital e deduções obrigatórias, esse valor resultou em Sobras líquidas de R\$6,52 milhões, que retornam agora para os cooperados.

Esse retorno é prova concreta que a Cooperativa é a única instituição financeira que devolve para seus clientes - e ao mesmo tempo donos - parte do que pagaram a título de juro em seus empréstimos.

## DEVOLUÇÃO, SÓ NA COOPERATIVA

Alguém conhece algum banco tradicional que age dessa forma, devolvendo para seus clientes parte do que pagaram de juros ao longo do ano? Certamente que não, destaca o Diretor

Presidente Antônio de Ávila e Silva.

Na abertura dos trabalhos o Diretor-Presidente agradeceu a presença dos cooperados, lembrando que uma Cooperativa só se torna forte e gera resultados para todos quando há efetiva participação de cada um, seja pelo uso de seus produtos e serviços, seja pelo acompanhamento das atividades da instituição.

Também fizeram parte da mesa diretora o diretor financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, o diretor administrativo Álvaro César Cunha, os representantes do Sicoob Central Cecremge, Raimundo Sérgio Campos José Paulo Araújo, e o coordenador do Conselho Fiscal do Sicoob Coopsef, Mauro Ernani Nascimento.

## Juro do Cheque Especial tem bom retorno nas Sobras

Na apresentação das contas do exercício 2018 do Sicoob Coopsef foi observada uma pequena queda no volume total de uso do Cheque Especial, se comparada com igual período do ano anterior. O fato não tem uma explicação pontual, mesmo porque a taxa de juro continua inalterada e é a menor do mercado para essa modalidade de pagamento. Ou seja, apenas 2,9% ao mês frente a uma média superior a 10% ao mês nos bancos tradicionais.

Adotada há mais de dez anos, a taxa de juro do Cheque Especial do Sicoob Coopsef se constitui numa ótima opção de financiamento de despesas no curto prazo. Trabalhando com a menor taxa de juro, a Cooperativa beneficia

diretamente os associados, que sistematicamente são orientados para que evitem ultrapassar o limite contratado, cujo valor pode chegar a até R\$20 mil, pois nesse caso a taxa de juro é maior. Mesmo assim, ainda muito abaixo da cobrada por outros bancos.

O cooperado que dispuser de cheque especial de outros bancos deve fazer as contas para comparar. A taxa do Sicoob Coopsef certamente é muito menor. E ainda tem outra vantagem: parte do que foi pago retorna ao usuário na forma de Sobras. No exercício 2018, o retorno equivale a 20% do que foi pago de juro durante o ano. Ou seja, quem quer economizar, usa os produtos e serviços da sua Cooperativa e ganha mais.



## RESULTADOS geram benefícios para todos

*Capital de cada associado foi remunerado com taxa de juros que superou a da tradicional poupança*

Aprovadas por unanimidade dos presentes à AGO, as contas do exercício 2018 demonstram a excelente saúde financeira do Sicoob Coopsef e os cooperados comemoraram os resultados obtidos. Afinal, todos estão cientes do período complexo da economia e de suas consequências sobre as finanças pessoais. Por isso mesmo, avalia o Diretor-Presidente, os associados têm procurado e encontrado na Cooperativa a melhor opção para amenizar suas dificuldades financeiras.

Ao decidir concentrar suas operações no Sicoob Coopsef, o cooperado acaba sendo o maior beneficiado, seja por ter a menor taxa de juro em seu empréstimo e pelo uso do Cheque Especial, seja por outras vantagens, como isenção de tarifas bancárias e boa remuneração nas suas aplicações. Com o aumento das operações, o resultado da Cooperativa avança, como aconteceu em 2018, quando as Sobras brutas fecharam em R\$12,05 milhões, gerando benefícios para todos os cooperados.

Para bem ilustrar a importância dessa situação, convém ressaltar que foi com parte desse resultado que a Cooperativa remunerou o Capital de cada associado no dia 31 de dezembro de 2018. Foram pagos juros ao Capital no valor de R\$2,73 milhões, representando uma taxa um pouco acima da remuneração da poupança tradicional. E com um detalhe: nem todas as cooperativas remuneram o Capital de seus associados. O Sicoob Coopsef sim, destaca o Diretor-Presidente.

## Evolução positiva confirma solidez

Para mostrar os números apurados pela Cooperativa no exercício 2018, o diretor financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque utilizou-se de quadros e gráficos e fez uma exposição objetiva sobre as Demonstrações Contábeis. Em que pese todos os graves desafios da economia nacional, os resultados da Cooperativa foram altamente positivos e refletem a decisão dos cooperados de concentrarem suas operações na instituição, destacou o diretor financeiro.

De modo geral, ocorreu firme evolução do Capital Social, que é um sinal relevante da boa situação financeira do Sicoob Coopsef, chegando a R\$55,56 milhões. Os depósitos a prazo subiram para R\$122,62 milhões e o volume de empréstimos foi um pouco menor que do ano anterior. O pequeno recuo é reflexo das dificuldades decorrentes do pagamento parcelado do servidor público e de sua necessidade de renegociar as dívidas. Mesmo assim, o desempenho em 2018 foi muito bom, conclui o diretor financeiro.

Ele frisou ainda que, ao contrário dos bancos tradicionais, onde o lucro reverte para uns poucos donos, na nossa Cooperativa as Sobras líquidas têm sido distribuídas a todos os associados, proporcionalmente às operações que eles realizaram durante o exercício. Esse é um benefício da mais relevante importância, afirmou Célio Albuquerque.

## FUNDOS E SUSTENTABILIDADE

Os resultados permitiram que a Cooperativa cumprisse a legislação que determina que sejam destinados 10% para a Reserva Legal e 20% para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Esses dois fundos são fundamentais para a sustentabilidade do Sicoob Coopsef. Na AGO, os cooperados aprovaram ainda a destinação de R\$1 milhão para o Fundo de Expansão, garantindo à Cooperativa recursos para investimento em infraestrutura.

Antes do início da AGO, os cooperados presentes tiveram acesso a farto material com cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2018, notas explicativas às Demonstrações Contábeis e os pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal e pela Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC). Com esse material, os cooperados se sentiram mais seguros e aprovaram por unanimidade as contas do ano passado.

# REMUNERAÇÃO APROVADA

*Elevada carga de responsabilidade justifica o pagamento de quem administra o patrimônio da Cooperativa*

Para cumprir determinações do Banco Central e do Sicoob Confederação, foi colocada na pauta da AGO a fixação do valor de honorários do Presidente do Conselho de Administração e de cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e Fiscal, além de honorários e gratificações da Diretoria Executiva. Desta forma, o Sicoob Coopsef cumpre mais um dispositivo da política de Governança Cooperativa, a qual aderiu e que já contribui para sua gestão, sua longevidade e bem comum, conforme sustentou o Diretor-Presidente Antônio de Ávila.

Para montar uma proposta de honorários e submeter à aprovação da AGO, foi realizada uma pesquisa de mercado para apurar valores pagos a profissionais que atuam em instituições financeiras, sejam bancos ou cooperativas.

Reunidos, os membros do Conselho de Administração decidiram por valores abaixo da média do mercado, mesmo reconhecendo a elevada carga de responsabilidade dos dirigentes, que, inclusive, terão seus bens colocados à disposição do Banco Central. Além disso, se fizerem eventualmente uma gestão temerária, ou seja, aprovarem e colocarem em risco uma operação, podem ser condenados criminalmente.

Foram aprovados valores brutos, conforme consta na ata das assembleias, estando todos eles, seja para cédulas de presença ou honorários e gratificações, sujeitos aos descontos obrigatórios de Imposto de Renda e INSS, resultando em valor líquido a receber bem menor.

*Representante do Sicoob Central Cecremge na AGO, Raimundo Campos testemunhou que são tantas as exigências e responsabilidades para se ocupar um cargo administrativo e fiscal numa cooperativa, que a remuneração já não é mais tão compensadora. Qualquer tipo de gestão temerária perdura, e o Banco Central pode avocar um ato cometido há mais de 20 anos para condenar o dirigente, destacou Raimundo Campos.*

## Balancete Patrimonial - Prestação de Contas

Balancete • Belo Horizonte, 30/novembro/2018

ATIVO	Em reais
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>133.579.035,22</b>
DISPONIBILIDADES	936.316,90
Disponibilidades	936.316,90
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	96.231.488,84
Central Financeira - COOPERAT	96.231.488,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.189.174,75
Operações de Crédito	36.860.620,86
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(1.671.446,11)
OUTROS CRÉDITOS	821.765,45
OUTROS VALORES E BENS	400.289,28
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.217.055,38</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	67.342.843,67
Operações de Crédito	67.342.843,67
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	-
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.874.211,71
Interposição P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.874.211,71
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.479.876,55</b>
INVESTIMENTOS	9.947.921,19
Partic. Colig. e Control. no País	9.947.921,19
IMOBILIZADO DE USO	1.521.820,23
Imobilizações em Curso	-
Imóveis de Uso	3.011.268,33
Outras Imobilizações de Uso	2.091.560,07
(Depreciações Acumuladas)	(3.581.008,17)
INTANGÍVEL	10.135,13
Sistema de Processamento de Dados	64.469,72
Direito de Uso	76.897,75
(Amortização Acumulada)	(131.232,34)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>216.275.967,15</b>
PASSIVO	Em reais
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>135.777.270,65</b>
DEPÓSITOS	126.946.257,76
Depósitos à vista	3.576.783,32
Depósitos a prazo	123.369.474,44
Outros Depósitos	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.831.012,89
Relações Interdependências	-
Cobrança e Arrecad. Tributos	30.580,24
Sociais e Estatutárias	7.166.740,76
Fiscais e Previdenciárias	254.552,77
Diversas	1.379.139,12
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Rendas Antecipadas	-
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.874.211,71</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.874.211,71
Provisões para Riscos Fiscais	3.874.211,71
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>76.624.484,79</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>76.624.484,79</b>
Capital de Domiciliados no País	53.854.447,32
Reservas de Lucros	11.544.392,53
Sobras Acumuladas	6.277.453,81
Receitas	13.801.833,34
(Despesas)	(8.853.642,21)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>216.275.967,15</b>

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6 - C.P.F: 043.022.116-95  
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente - C.P.F: 124.717.126-49  
 Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro - C.P.F: 078.030.446-20

## Balancete Patrimonial - Prestação de Contas

## Balancete • Belo Horizonte, 31/dezembro/2018

ATIVO	Em reais
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>132.718.280,28</b>
DISPONIBILIDADES	605.937,02
Disponibilidades	605.937,02
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	94.763.043,08
Central Financeira - COOPERAT	94.763.043,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.989.176,82
Operações de Crédito	37.560.702,13
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(1.571.525,31)
OUTROS CRÉDITOS	827.613,22
OUTROS VALORES E BENS	532.510,14
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.496.776,09</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	67.615.687,27
Operações de Crédito	67.615.687,27
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	-
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.881.088,82
Interposição P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.881.088,82
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.465.673,68</b>
INVESTIMENTOS	9.947.921,19
Partic. Colig. e Control. no País	9.947.921,19
IMOBILIZADO DE USO	1.508.479,12
Imobilizações em Curso	-
Imóveis de Uso	3.011.268,33
Outras Imobilizações de Uso	2.081.197,63
(Depreciações Acumuladas)	(3.583.986,84)
INTANGÍVEL	9.273,37
Sistema de Processamento de Dados	64.469,72
Direito de Uso	76.897,75
(Amortização Acumulada)	(132.094,10)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>215.680.730,05</b>

PASSIVO	Em reais
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>135.373.475,75</b>
DEPÓSITOS	126.134.536,31
Depósitos à vista	3.505.513,31
Depósitos a prazo	122.629.023,00
Outros Depósitos	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.238.939,44
Relações Interdependências	11.913,57
Cobrança e Arrecad. Tributos	13.178,85
Sociais e Estatutárias	8.029.700,06
Fiscais e Previdenciárias	384.994,35
Diversas	799.152,61
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Rendas Antecipadas	-
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.881.088,82</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.881.088,82
Provisões P/ Riscos Fiscais	3.881.088,82
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>76.426.165,48</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>76.426.165,48</b>
Capital de Domiciliados no País	55.566.932,93
Reservas de Lucros	11.544.392,53
Sobras Acumuladas	6.277.453,81
Receitas	16.651.089,83
(Despesas)	(13.613.703,62)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>215.680.730,05</b>

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6  
C.P.F.: 043.022.116-95

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente  
C.P.F.: 124.717.126-49

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro  
C.P.F.: 078.030.446-20

## Balancete • Belo Horizonte, 31/janeiro/2019

ATIVO	Em reais
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>131.426.525,79</b>
DISPONIBILIDADES	729.993,32
Disponibilidades	729.993,32
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	94.453.148,12
Central Financeira - COOPERAT	94.453.148,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.964.704,69
Operações de Crédito	36.730.664,51
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(1.765.959,82)
OUTROS CRÉDITOS	670.841,29
OUTROS VALORES E BENS	607.838,37
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>72.673.615,04</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	68.784.947,36
Operações de Crédito	68.784.947,36
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	-
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.888.667,68
Interposição P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.888.667,68
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.451.494,41</b>
INVESTIMENTOS	9.947.921,19
Partic. Colig. e Control. no País	9.947.921,19
IMOBILIZADO DE USO	1.495.161,61
Imobilizações em Curso	-
Imóveis de Uso	3.011.268,33
Outras Imobilizações de Uso	2.056.362,37
(Depreciações Acumuladas)	(3.572.469,09)
INTANGÍVEL	8.411,61
Sistema de Processamento de Dados	62.084,87
Direito de Uso	76.897,75
(Amortização Acumulada)	(130.571,01)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>215.551.635,24</b>

PASSIVO	Em reais
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>137.097.698,18</b>
DEPÓSITOS	125.444.472,94
Depósitos à vista	3.303.409,77
Depósitos a prazo	122.141.063,17
Outros Depósitos	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.653.225,24
Relações Interdependências	704,32
Cobrança e Arrecad. Tributos	35.417,36
Sociais e Estatutárias	10.744.151,78
Fiscais e Previdenciárias	281.359,44
Diversas	591.592,34
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Rendas Antecipadas	-
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.888.667,68</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.888.667,68
Provisões P/ Riscos Fiscais	3.888.667,68
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>74.565.269,38</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>74.565.269,38</b>
Capital de Domiciliados no País	54.579.417,38
Reservas de Lucros	12.475.876,53
Sobras Acumuladas	6.520.388,02
Receitas	2.807.760,55
(Despesas)	(1.818.173,10)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>215.551.635,24</b>



# Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF**, na forma da Legislação em vigor.

## 1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2018 o SICOOB COOPSEF completou 38 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

## 2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2018, o SICOOB COOPSEF obteve um resultado de R\$ 9.314.840,02, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,49%.

## 3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 94.763.043,08 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 105.176.389,40.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 101.609.287,43	96,61%
Cheque Especial e Conta Garantida	R\$ 3.536.785,26	3,36%
Adiantamento a Depositante	R\$ 30.316,71	0,03%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 7,04% da carteira, no montante de R\$ 7.401.572,98.

## 4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 126.134.536,31 apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,6229%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 3.505.513,31	2,78%
Depósitos a Prazo	R\$ 122.629.023,00	97,22%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 16,98% da captação, no montante de R\$ 21.415.461,19.

## 5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPSEF era de R\$ 68.432.125,23. O quadro de associados era composto por 6.957 Cooperados, havendo um acréscimo de 0,7094% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

## 6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## 7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento

do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8. CONSELHO FISCAL

Eleito anualmente na AGO, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## 9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPSEF aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB COOPSEF registrou 3 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 3 reclamações, todas foram consideradas improcedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2019.

Antônio de Ávila e Silva  
Celmar Silveira

Álvaro César Cunha  
Geraldo Magela Cotta

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Geber Soares de Oliveira

Carlos Eugênio Souto Maior Filizola  
Rita da Penha Ventrin Gloria Leal

## BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>132.718.280,28</b>	<b>117.532.183,64</b>
Disponibilidades	605.937,02	431.224,97
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	94.763.043,08	79.429.604,48
Operações de Crédito (Nota 5)	35.989.176,82	36.983.252,33
Operações de Crédito	37.560.702,13	38.134.207,64
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.571.525,31)	(1.150.955,31)
Outros Créditos (Nota 6)	827.613,22	650.994,34
Rendas a Receber	477.424,52	431.970,57
Diversos	350.217,32	219.023,77
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(28,62)	-
Outros Valores e Bens (Nota 7)	532.510,14	37.107,52
Outros Valores e Bens	332.821,87	-
Despesas Antecipadas	199.688,27	37.107,52
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.496.776,09</b>	<b>71.968.789,18</b>
Operações de Crédito (Nota 5)	67.615.687,27	68.175.278,27
Operações de Crédito	67.615.687,27	68.175.278,27
Outros Créditos (Nota 6)	3.881.088,82	3.793.510,91
Diversos	3.881.088,82	3.793.510,91
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.465.673,68</b>	<b>11.280.147,61</b>
Investimentos (Nota 8)	9.947.921,19	9.378.413,48
Participações em Cooperativas	9.947.921,19	9.378.413,48
Imobilizado em Uso (Nota 9)	1.508.479,12	1.890.722,62
Intangível (Nota 10)	9.273,37	11.011,51
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>215.680.730,05</b>	<b>200.781.120,43</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>137.236.443,75</b>	<b>126.971.885,05</b>
Depósitos (Nota 11)	126.134.536,31	116.121.454,25
Depósitos à Vista	3.505.513,31	2.669.107,23
Depósitos a Prazo	122.629.023,00	113.452.347,02
Relações Interdependências	11.913,57	-
Outras Obrigações (Nota 13)	11.089.993,87	10.850.430,80
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.178,85	13.091,08
Sociais e Estatutárias	9.892.668,06	9.709.142,90
Fiscais e Previdenciárias	384.994,35	372.414,05
Diversas	799.152,61	755.782,77
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.881.088,82</b>	<b>3.793.510,91</b>
Outras Obrigações (Nota 13)	3.881.088,82	3.793.510,91
Diversas	3.881.088,82	3.793.510,91
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>74.563.197,48</b>	<b>70.015.724,47</b>
Capital Social	55.566.932,93	53.311.420,15
Reserva de Lucros	12.475.876,53	10.544.392,53
Sobras Acumuladas	6.520.388,02	6.159.911,79
<b>TOTAL</b>	<b>215.680.730,05</b>	<b>200.781.120,43</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor PresidenteCélio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor FinanceiroAstor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## REQUERIMENTO DAS SOBRAS

*Prazo termina em 30 de abril para quem deseja receber em espécie*

Os cooperados que desejarem receber em espécie a parte a que têm direito nas Sobras Líquidas de 2018 têm prazo até o dia 30 de abril, impreterivelmente, para apresentar seu requerimento em formulário próprio à disposição dos interessados no site [sicoobcoopsef.com.br](http://sicoobcoopsef.com.br) ou na sede e nas representações regionais.

A atualização cadastral junto ao Sicoob Coopsef é uma exigência feita pelo Banco Central do Brasil e deverá acompanhar o requerimento das Sobras. Por decisão da AGO, não farão jus ao recebimento das Sobras em espécie os cooperados que não estiverem cumprindo suas obrigações com a

Cooperativa. Não há hipótese de perda, porque o valor não recebido em espécie será creditado ao Capital do associado.

O crédito referente às Sobras líquidas será feito na conta corrente do cooperado, em lotes semanais, sempre às sextas-feiras, prosseguindo até o dia 30 de abril deste ano. Todos devem ler com atenção as exigências descritas no formulário.

No site [www.sicoobcoopsef.com.br](http://www.sicoobcoopsef.com.br) os cooperados poderão conferir a matéria “Resgate de Sobras 2018” e aproveitar para navegar pelo site e conhecer melhor os produtos e serviços que a Cooperativa oferece a todos os seus associados.

**Quem acredita no Sicoob Coopsef ganha sempre.**

## DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em reais

	2º SEMESTRE/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>12.936.367,20</b>	<b>25.650.805,08</b>	<b>25.360.046,50</b>
Operações de Crédito	12.936.367,20	25.650.805,08	25.360.046,50
<b>DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(3.847.075,30)</b>	<b>(7.604.031,50)</b>	<b>(10.535.830,24)</b>
Operações de Captação no Mercado	(3.557.745,26)	(6.943.167,94)	(10.042.399,01)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(289.330,04)	(660.863,56)	(493.431,23)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.089.291,90</b>	<b>18.046.773,58</b>	<b>14.824.216,26</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(3.306.985,59)</b>	<b>(5.985.906,32)</b>	<b>(4.058.561,21)</b>
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	53.860,60	104.525,61	90.333,69
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	20.080,60	37.210,60	26.404,00
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(4.114.542,20)	(7.948.724,00)	(7.686.346,50)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(1.916.570,41)	(3.744.511,55)	(3.711.509,35)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(80.531,90)	(163.806,63)	(154.032,06)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (Nota 21)	77.047,54	708.004,67	634.139,67
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.827.885,54	5.341.001,40	7.076.274,94
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota 22)	(174.215,36)	(319.606,42)	(333.825,60)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.782.306,31</b>	<b>12.060.867,26</b>	<b>10.765.655,05</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23)</b>	<b>(8.132,48)</b>	<b>(9.239,62)</b>	<b>(41.316,16)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>5.774.173,83</b>	<b>12.051.627,64</b>	<b>10.724.338,89</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	<b>(1.430,81)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(746,65)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(684,16)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	-	<b>(2.794.452,00)</b>	<b>(1.087.043,25)</b>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(1.862.968,00)	(362.347,75)
Reserva Legal	-	(931.484,00)	(724.695,50)
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)</b>	<b>5.774.173,83</b>	<b>9.257.175,64</b>	<b>9.635.864,83</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 19)</b>	<b>(2.736.787,62)</b>	<b>(2.736.787,62)</b>	<b>(3.477.383,85)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>3.037.386,21</b>	<b>6.520.388,02</b>	<b>6.158.480,98</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## RENEGOCIAR O 13º SALÁRIO e receber as sobras

A decisão do governo estadual de pagar o 13º salário de 2018 em parcelas até o final deste ano, colocou os servidores públicos em uma situação complicada, principalmente aqueles que haviam feito no Sicoob Coopsef a antecipação desse direito. A maioria já se dirigiu à Cooperativa e providenciou a renegociação dessa dívida, que é decidida caso a caso.

Devidamente orientado, o cooperado fica em condições de decidir pela melhor opção, de forma que continua em dia com seu compromisso junto ao Sicoob Coopsef, garantindo seus direitos, inclusive no que diz respeito ao recebimento de Sobras. De acordo com decisão da Assembleia, só farão jus à Sobras em espécie aqueles associados que estiverem cumprindo com suas obrigações contratuais.

Para antecipar o 13º salário no Sicoob Coopsef, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os

Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Como todo empréstimo, a liberação dependerá da análise de crédito.

### IMPOSTO DE RENDA

Também é possível antecipar a restituição do Imposto de Renda. Preparando com antecedência sua declaração, o cooperado sabe se terá ou não IR a receber. Apurando direito à restituição e se quiserem recebê-la de forma antecipada, relativa ao exercício 2019, podem se dirigir à sede do Sicoob Coopsef ou às representações regionais e solicitar um empréstimo no valor correspondente e que será quitado em parcela única, na data em que a Receita Federal fizer o crédito.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em reais

EVENTOS	CAPITAL		RESERVAS DE SOBRA			Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>50.870.435,11</b>	<b>-</b>	<b>9.819.697,03</b>	<b>-</b>	<b>4.553.205,76</b>	<b>65.243.337,90</b>
<b>Outros Ajustes</b>					<b>1.430,81</b>	<b>1.430,81</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao FATES						
Em Conta Corrente do Associado					(3.932.551,66)	(3.932.551,66)
Ao Capital	620.654,10				(620.654,10)	
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	1.391.850,53					1.391.850,53
Por Devolução (-)	(2.931.154,70)					(2.931.154,70)
Estorno de Capital	(4.742,28)					(4.742,28)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>					<b>10.722.908,08</b>	<b>10.722.908,08</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>						
Provisão de Juros ao Capital					(3.477.383,85)	(3.477.383,85)
Subscrição do Juros ao Capital	3.376.401,98					3.376.401,98
IRRF sobre Juros ao Capital	(12.024,59)					(12.024,59)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>						
. Fundo de Reserva			724.695,50		(724.695,50)	-
. FATES					(362.347,75)	(362.347,75)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>53.311.420,15</b>	<b>-</b>	<b>10.544.392,53</b>	<b>-</b>	<b>6.159.911,79</b>	<b>70.015.724,47</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 15-c)</b>						
Constituição de Reservas				1.000.000,00	(1.000.000,00)	
Em Conta Corrente do Associado					(4.485.043,87)	(4.485.043,87)
Ao Capital	667.564,78				(667.564,78)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(7.303,14)	(7.303,14)
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	1.370.161,11	(120,00)				1.370.041,11
Por Devolução (-)	(2.441.168,81)					(2.441.168,81)
Estorno de Capital	(12.624,02)					(12.624,02)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>					<b>12.051.627,64</b>	<b>12.051.627,64</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital: (Nota 17)</b>						
Provisão de Juros ao Capital					(2.736.787,62)	(2.736.787,62)
Subscrição do Juros ao Capital	2.675.621,62					2.675.621,62
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.921,90)					(3.921,90)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>						
. Fundo de Reserva			931.484,00		(931.484,00)	-
. FATES					(1.862.968,00)	(1.862.968,00)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>55.567.052,93</b>	<b>(120,00)</b>	<b>11.475.876,53</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>6.520.388,02</b>	<b>74.563.197,48</b>
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>53.745.212,67</b>	<b>(330,00)</b>	<b>10.544.392,53</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>6.277.453,81</b>	<b>71.566.729,01</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	753.437,78	210,00				753.647,78
Por Devolução (-)	(1.602.443,24)					(1.602.443,24)
Estorno de Capital	(854,00)					(854,00)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>					<b>5.774.173,83</b>	<b>5.774.173,83</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>						
Provisão de Juros ao Capital					(2.736.787,62)	(2.736.787,62)
Subscrição do Juros ao Capital	2.675.621,62					2.675.621,62
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.921,90)					(3.921,90)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>						
. Fundo de Reserva			931.484,00		(931.484,00)	-
. FATES					(1.862.968,00)	(1.862.968,00)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>55.567.052,93</b>	<b>(120,00)</b>	<b>11.475.876,53</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>6.520.388,02</b>	<b>74.563.197,48</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em reais

	2º SEMESTRE/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>5.774.173,83</b>	<b>12.051.627,64</b>	<b>10.724.338,89</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	1.430,81
IRPJ / CSLL	-	-	(1.430,81)
Provisão para Operações de Crédito	81.158,25	420.570,00	131.745,16
Provisão de Juros ao Capital	(2.736.787,62)	(2.736.787,62)	(3.477.383,85)
Depreciações e Amortizações	85.417,02	166.290,11	172.327,47
	<b>3.203.961,48</b>	<b>9.901.700,13</b>	<b>7.551.027,67</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Operações de Crédito	(354.496,73)	1.133.096,51	(4.552.964,32)
Outros Créditos	2.440.631,90	(264.196,79)	3.562.666,27
Outros Valores e Bens	(76.556,97)	(162.580,75)	27.929,86
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	970.721,21	836.406,08	290.313,46
Depósitos a Prazo	6.863.779,47	9.176.675,98	5.984.050,46
Outras Obrigações	1.914.989,15	327.140,98	(47.893,68)
Relações Interdependências	10.707,87	11.913,57	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>14.973.737,38</b>	<b>20.960.155,71</b>	<b>12.815.129,72</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Aplicação no Intangível		(8.270,43)	
Inversões em Imobilizado de Uso	(4.786,09)	(106.859,91)	(7.145,72)
Inversões em Investimentos		(569.507,71)	(580.604,97)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(4.786,09)</b>	<b>(684.638,05)</b>	<b>(587.750,69)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	753.647,78	1.370.041,11	1.391.850,53
Devolução de Capital à Cooperados	(1.602.443,24)	(2.441.168,81)	(2.931.154,70)
Estorno de Capital	(854,00)	(12.624,02)	(4.742,28)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(7.303,14)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(4.485.043,87)	(3.932.551,66)
FATES Sobras Exercício	(1.862.968,00)	(1.862.968,00)	(362.347,75)
Subscrição do Juros ao Capital	2.675.621,62	2.675.621,62	3.376.401,98
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.921,90)	(3.921,90)	(12.024,59)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>(40.917,74)</b>	<b>(4.767.367,01)</b>	<b>(2.474.568,47)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>14.928.033,55</b>	<b>15.508.150,65</b>	<b>9.752.810,56</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	80.440.946,55	79.860.829,45	70.108.018,89
No Fim do Período	95.368.980,10	95.368.980,10	79.860.829,45
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>14.928.033,55</b>	<b>15.508.150,65</b>	<b>9.752.810,56</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## Deposite na Poupança Sicoob e concorra a vários prêmios

Poupar em momentos de crise, como atual, se torna cada vez mais difícil, mas o desafio pode ser vencido quando se faz um esforço acentuado para compatibilizar a receita e despesas. Por menor que seja, esse equilíbrio possibilitará uma pequena poupança e melhoria nas finanças pessoais.

Feito isso, o passo seguinte é depositar na Poupança Sicoob, uma aplicação financeira segura, de boa remuneração e isenta do Imposto de Renda. Outra vantagem dessa aplicação é que os poupadores

estarão concorrendo neste ano a R\$4 milhões em prêmios.

A cada R\$200,00 depositados, o cooperado recebe um número da sorte e concorre ao sorteio de vários prêmios, entre eles carros, motos e utensílios domésticos, como geladeiras e fogões. Mais depósitos, mais chances de ganhar!

Não perca tempo. Dirija-se à sede do Sicoob Coopsef ou a uma das representações regionais e obtenha mais informações sobre a Poupança Sicoob, uma opção de investimento e expectativa de futuro mais tranquilo.



# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SICOOB COOPSEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22/11/1980, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Diretoria Executiva em 24/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e as receitas e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**l) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**n) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

**p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**q) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**r) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
  - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

**4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	94.763.043,08	79.429.604,48
<b>TOTAL</b>	<b>94.763.043,08</b>	<b>79.429.604,48</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

**5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO****a) Composição da carteira de crédito por modalidade:**

Em reais

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	30.316,71	0,00	30.316,71	45.681,41
Cheque Especial / Conta Garantida	3.536.785,26	0,00	3.536.785,26	3.861.104,26
Empréstimos	33.993.600,16	67.615.687,27	101.609.287,43	102.402.700,24
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.571.525,31)	-	(1.571.525,31)	(1.150.955,31)
<b>TOTAL</b>	<b>35.989.176,82</b>	<b>67.615.687,27</b>	<b>103.604.864,09</b>	<b>105.158.530,60</b>

**b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Em reais

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo /TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	-	-	-	-	-	-
A	0,50%	Normal	94.417.943,17	3.387.001,60	97.804.944,77	489.024,72	99.344.767,45	496.723,84
B	1%	Normal	1.760.411,85	3.724,94	1.764.136,79	17.641,37	1.362.048,92	13.620,49
B	1%	Vencidas	2.454.775,70	2.157,55	2.456.933,25	24.569,33	2.875.955,18	28.759,55
C	3%	Normal	305.013,91	9.077,23	314.091,14	9.422,73	255.717,63	7.671,53
C	3%	Vencidas	1.199.478,69	-	1.199.478,69	35.984,33	1.256.296,05	37.688,88
D	10%	Normal	51.388,53	-	51.388,53	5.138,85	-	-
D	10%	Vencidas	185.936,39	-	185.936,39	18.593,64	453.151,90	45.315,19
E	30%	Normal	-	-	-	-	-	-
E	30%	Vencidas	82.093,82	-	82.093,82	24.628,15	317.765,31	95.329,59
F	50%	Normal	-	-	-	-	-	-
F	50%	Vencidas	598.414,55	-	598.414,55	299.207,28	29.863,56	14.931,78
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	-
G	70%	Vencidas	238.855,22	-	238.855,22	167.198,65	10.018,22	7.012,75
H	100%	Normal	-	155.100,00	155.100,00	155.100,00	324.000,00	324.000,00
H	100%	Vencidas	314.975,60	10.040,65	325.016,25	325.016,25	79.901,69	79.901,69
<b>Total Normal</b>			96.534.757,46	3.554.903,77	100.089.661,23	676.327,68	101.286.534,00	842.015,86
<b>Total Vencido</b>			5.074.529,97	12.198,20	5.086.728,17	895.197,63	5.022.951,91	308.939,44
<b>Total Geral</b>			101.609.287,43	3.567.101,97	105.176.389,40	1.571.525,31	106.309.485,91	1.150.955,31
<b>Provisões</b>			-1.389.118,56	-182.406,75	-1.571.525,31	-	-1.150.955,31	-
<b>Total Líquido</b>			100.220.168,87	3.384.695,22	103.604.864,09	-	105.158.530,60	-

**c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:**

Em reais

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	14.617.981,22	19.564.849,74	67.615.687,27	101.798.518,23
<b>TOTAL</b>	<b>14.617.981,22</b>	<b>19.564.849,74</b>	<b>67.615.687,27</b>	<b>101.798.518,23</b>

## d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	1.150.955,31	1.019.210,15
Constituições/ Reversões	660.834,94	493.693,34
Transferência para prejuízo	(240.264,94)	(361.948,18)
<b>TOTAL</b>	<b>1.571.525,31</b>	<b>1.150.955,31</b>

## e) Concentração dos Principais Devedores:

Em reais

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedo	485.504,8	0,4607%	493.779,39	0,4642%
10 Maiores Devedores	4.077.530,35	3,8698%	4.011.947,92	3,7714%
50 Maiores Devedores	15.807.875,40	15,0028%	15.792.205,63	14,854%

## f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.127.611,14	1.884.922,37
Valor das operações transferidas no período	240.264,94	361.948,18
Valor das operações recuperadas no período	(124.271,65)	(119.259,41)
<b>TOTAL</b>	<b>2.243.604,43</b>	<b>2.127.611,14</b>

## g) Operações renegociadas

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 28.004.102,47, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Em reais

Descrição / Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber (a)	477.424,52	431.970,57
Devedores por Depósito e Garantia (b)	3.881.088,82	3.793.510,91
Títulos e Créditos a Receber	6.373,31	1.410,00
Devedores Diversos (c)	207.860,67	37.098,53
Outros Créditos Diversos (d)	135.954,72	180.515,24
<b>TOTAL</b>	<b>4.708.702,04</b>	<b>4.444.505,25</b>

(a) **Rendas a Receber:** Rendas de Aplicação Financeira junto a Centralização Financeira – SICOOB CECREMGE – no montante de R\$ 472.569,68.

(b) **Devedores por Depósito e Garantia:** Depósito Judicial referente ao processo de Cobrança do COFINS s/atos cooperativos no período de 03/1999 a 07/2004.

(c) **Devedores Diversos:** O valor de R\$ 172.635,25 do montante apresentado refere-se a cheques de empréstimos compensáveis a serem liberados em 01/2019.

(d) **Outros Créditos Diversos:** O valor de R\$ 132.217,12 do montante apresentado, refere-se a antecipações (Férias e 13º Salário) pagas aos funcionários.

## 7. OUTROS VALORES E BENS

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>332.821,87</b>	<b>0,00</b>
Bens Não de Uso Próprio (a)	332.821,87	0,00
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>199.688,27</b>	<b>37.107,52</b>
Prêmios de Seguros	7.004,26	0,00
Assinatura de Periódicos	1.069,69	2.275,09
Contribuições a Fundos (b)	152.859,70	0,00
Outros	38.754,62	34.832,43
<b>TOTAL</b>	<b>532.510,14</b>	<b>37.107,52</b>

a) Em Bens de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 332.821,87, referente aos imóveis próprios não utilizados pela cooperativa, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

b) Na Rubrica Contribuições a Fundos está registrado a antecipação da Contribuição Ao Fundo de Estabilidade e Liqueidez do SICOOB, sendo a sua apropriação em 14 meses, a partir de novembro/2018.

## 8. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	6.788.962,90	6.582.635,06
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	3.158.958,29	2.795.778,42
<b>TOTAL</b>	<b>9.947.921,19</b>	<b>9.378.413,48</b>

## 9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Terrenos	583.120,92	583.120,92	–
Edificações	2.428.147,41	2.770.087,68	4%
(-) Depreciação Acumulada	(1.754.406,74)	(1.666.399,30)	
Instalações	817.753,59	817.753,59	10%
(-) Depreciação Acumulada	(746.755,54)	(732.902,38)	
Móveis e equipamentos de Uso	865.470,03	864.470,54	10%
(-) Depreciação Acumulada	(805.464,72)	(792.862,28)	
Sistema de Processamento de Dados	379.288,01	283.790,03	20%
Sistema de Segurança	18.686,00	18.686,00	10%
(-) Depreciação Acumulada	(277.359,84)	(255.022,18)	
<b>TOTAL</b>	<b>1.508.479,12</b>	<b>1.890.722,62</b>	



**10. INTANGÍVEL**

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Software - Adquirido antes de 01/10/2013	64.469,72	64.469,72	20%
Amortização acumulada	(64.469,72)	(64.469,72)	
Direito de Uso - Adquirido antes de 01/10/2013	43.199,89	43.199,89	20%
Amortização acumulada	(41.521,73)	(37.521,77)	
Direito de Uso - Adquirido após de 01/10/2013	33.697,86	25.427,43	20%
Amortização acumulada	(26.102,65)	(20.094,04)	
<b>TOTAL</b>	<b>9.273,37</b>	<b>11.011,51</b>	

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

**11. DEPÓSITOS**

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora:

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	3.505.513,31	2.669.107,23
Depósito a Prazo	122.629.023,00	113.452.347,02
<b>TOTAL</b>	<b>126.134.536,31</b>	<b>116.121.454,25</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Em reais

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.809.917,09	1,48%	1.996.510,53	1,77%
10 Maiores Depositantes	13.944.654,39	11,42%	13.580.516,14	12,06%
50 Maiores Depositantes	37.664.273,44	30,85%	34.895.600,57	31,01%

**Despesas com Operações de Captação de Mercado:**

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos a Prazo	(6.943.167,94)	(10.042.399,01)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.943.167,94)</b>	<b>(10.042.399,01)</b>

**12. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS**

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	11.913,57	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.913,57</b>	<b>0,00</b>

Trata-se de convênio Carnês/Assemelhados a serem repassados.

**13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	13.178,85	13.091,08
Sociais e Estatutárias	9.892.668,06	9.709.142,90
Fiscais e Previdenciárias	384.994,35	372.414,05
Diversas	4.680.241,43	4.549.293,68
<b>TOTAL</b>	<b>14.971.082,69</b>	<b>14.643.941,71</b>

(a) Refere-se ao IOF a recolher incidente sobre Operações de Crédito e Aplicações Financeira dos cooperados das Cooperativas

**13.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS**

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado De Atos Com Associados (a)	6.190.139,22	5.879.922,74
Resultado De Atos Com Não Associados	1.670.278,65	1.670.278,65
Cotas De Capital A Pagar (b)	2.032.250,19	2.158.941,51
<b>TOTAL</b>	<b>9.892.668,06</b>	<b>9.709.142,90</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 20% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

**13.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	Em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Impostos S/Serviços de Terceiros	12.281,45	13.464,38
Impostos S/Salários	350.054,84	330.055,43
IRRF S/Juros ao Capital	4.168,54	12.068,38
Outros	18.489,52	16.825,83
<b>TOTAL</b>	<b>384.994,35</b>	<b>372.414,05</b>

**13.3. DIVERSAS**

Descrição	Em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos (a)	0,00	58.500,00
Despesas de Pessoal	586.474,80	551.767,42
Outras Despesas Administrativas (b)	85.106,61	97.401,61
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 29)	3.881.088,82	3.793.510,91
Cretores Diversos – País (c)	127.571,20	48.113,74
<b>TOTAL</b>	<b>4.680.241,43</b>	<b>4.549.293,68</b>

(a) Referem-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2018.

(b) Refere-se ao provisionamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

(c) Cretores Diversos – País se refere a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

**14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O SICOOB COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos..

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	Em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	55.566.932,93	53.311.420,15
Associados	6.957	6.906

**b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**c) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06/02/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 667.564,78.

**d) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Sobra líquida do exercício	9.314.840,02	7.246.955,04
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	9.314.840,02	7.246.955,04
<b>Destinações estatutárias</b>		
Reserva legal - 10%	(931.484,00)	(724.695,50)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 20%	(1.862.968,00)	(362.347,75)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>6.520.388,02</b>	<b>6.159.911,79</b>

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

**16. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Receita de atos não cooperativos	104.525,61	90.333,69
Despesas específicas de atos não cooperativos	(83.603,87)	(76.131,26)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(37.324,14)	(30.923,27)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(16.402,40)</b>	<b>(16.720,84)</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(9.239,62)	(41.316,16)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(25.642,02)</b>	<b>(58.037,00)</b>

**17. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**18. PARTICIPAÇÃO NO LUCRO (SOBRA)**

Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 360.000,00, a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento realizado em dezembro de 2018.

## 19. OUTROS INGRESSOS / RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	8.926,55	9.265,03
Reversão de Outras Provisões Operacionais	129.584,83	134.471,51
Dividendos	363.165,45	339.135,54
Distribuição de Sobras da central	206.327,84	0,00
Outras Rendas Operacionais	0,00	151.267,59
<b>TOTAL</b>	<b>708.004,67</b>	<b>634.139,67</b>

## 20. INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Rendas de Adiantamento a Depositantes	16.922,57	11.653,62
Rendas de Empréstimos	25.436.563,53	25.110.714,95
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	197.318,98	237.677,93
<b>TOTAL</b>	<b>25.650.805,08</b>	<b>25.360.046,50</b>

## 21. OUTROS DISPÊNDIOS / DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(570,00)	(620,00)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(179.927,54)	(171.056,35)
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	(251,51)	(620,52)
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	(80,21)	(150,69)
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Tecnologia das Informações	(25.275,93)	(27.193,24)
Outras Despesas Operacionais	(113.501,23)	(134.184,80)
<b>TOTAL</b>	<b>(319.606,42)</b>	<b>(333.825,60)</b>

## 22. DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Despesas de Captação	(6.943.167,94)	(10.042.399,01)
Provisões para Operações de Crédito	(660.863,56)	(493.431,23)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.604.031,50)</b>	<b>(10.535.830,24)</b>

## 23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	1.715,00	0,00
Ganhos de Capital	4.390,80	1.814,11
(-) Perdas de Capital	(4.408,32)	(27.958,45)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(10.937,10)	(15.171,82)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(9.239,62)</b>	<b>(41.316,16)</b>

## 24. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

	Em reais
<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
R\$ 9.130,00	0,01%
<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
R\$ 1.242.618,30	1,01%

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total	Em reais
				Taxa Média - %
Cheque Especial	3.283,09	16,42	0,09%	-
Empréstimo	237.071,93	1.185,36	0,23%	95%
<b>Natureza dos Depósitos</b>	<b>Valor do Depósito</b>	<b>% em Relação à Carteira Total</b>	<b>Taxa Média - %</b>	
Depósitos a Vista	108.147,54	3,13%	-	
Depósitos a Prazo	2.732.248,45	2,23%	95%	

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva	Em reais
Cheque Especial			
Limite até R\$ 20.000,00	2,9%	2,9%	
Empréstimos - Consignados			
Limite até 10% do PLA	1,60% a 2,70%	1,60% a 2,70%	
Empréstimos – Boletos, Cheques e Caixa			
Limite até 10% do PLA	1,77% a 2,70%	1,77% a 2,70%	
Aplicação Financeira (RDC)	95% CDI	95% CDI	

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

Em reais

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	1.582.492,07
Cédulas de Presença	68.400,00
Encargos Sociais	316.498,41

## 25. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SICOOB COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista, que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecremge:

Em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	94.763.043,08	79.429.604,48
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	6.788.962,90	6.582.635,06

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2018, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2018 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

## 26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 26.1. RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 26.2. RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 26.3. RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 26.4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 26.5. RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### 26.6. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

**27. SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**28. ÍNDICE DE BASILEIA**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4192/13 de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Patrimônio de Referência	68.432.125,23	69.494.911,20
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	108.807.618,04	113.738.830,01
Índice de Basileia – Fórmula: (PR / RWA)*100	62,89%	61,10%

**29. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS**

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS	3.881.088,82	3.881,088.82	3.793.510,91	3.793.510,91
<b>TOTAL</b>	<b>3.881.088,82</b>	<b>3.881.088,82</b>	<b>3.793.510,91</b>	<b>3.793.510,91</b>

COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Belo Horizonte, 24 de Janeiro de 2019.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Álvaro César Cunha  
Diretor Administrativo

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2018(dois mil e dezoito). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2018(dois mil e dezoito) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 29(vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2019(dois mil e dezenove). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.

Mauro Ernani Nascimento  
Coordenador

José Onésio Leite  
Fiscal

Adriana Ackls Codo Santos  
Fiscal

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA  
Av. Brasil, 1660 - Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

# Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SICOOB COOPSEF**  
Belo Horizonte - MG

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais – Sicoob Coopsef, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopsef em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 25 de janeiro de 2019.



Elisângela de Cássia Lara  
Contadora – CRC MG 086.574/0  
CNAI 3.570



## Legislação estabelece requisitos básicos e homologação dos eleitos cabe ao Banco Central do Brasil

A cada quatro anos, o Sicoob Coopsef realiza eleição para o Conselho de Administração, e a cada dois anos para o Conselho Fiscal, sendo publicado Edital de Convocação, tornando público para todos os associados. Cumprindo a legislação vigente, tudo é feito dentro dos prazos legais e de forma transparente, para que os interessados, se assim o quiserem, possam constituir chapas, se inscreverem e submeterem seus nomes e requisitos necessários à aprovação ou indeferimento da Comissão Eleitoral, constituída legalmente para tal finalidade.

Para a AGO de 2019, não houve mudanças nesses dispositivos, e o Sicoob Coopsef fez publicar o Edital de Convocação em dezembro de 2018 e republicação no início de janeiro deste ano, respeitando os prazos legais. Duas chapas se apresentaram, sendo aprovada e homo-

logada apenas uma por cumprir todos os requisitos estabelecidos no Estatuto Social e no Regulamento Eleitoral, além de apresentarem comprovantes de participação em cursos sobre cooperativismo, conforme exigência do Banco Central.

### CHAPA ÚNICA

Durante a AGO, os membros da chapa concorrente foram nominados, se apresentaram e foram eleitos pelos cooperados por aclamação, conforme previsto na legislação no caso de existência de uma única chapa.

São conselheiros administrativos os cooperados Álvaro César Cunha, Carlos Eugênio Souto Maior Filizzola, Geber Soares de Oliveira, José Alfredo Borges, José Onésio Leite, Nelson Gomes de Souza e Rita da Penha Ventorim Glória Leal. Também eleitos, os cooperados Antônio de Ávila Silva foi escolhido como Presidente do Conselho de Administração, e Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Vice-presidente.

E foram eleitos como conselheiros fiscais efetivos os cooperados Adriana Ackls Codo Santos, Geraldo Magela Cotta, Oscar Dias da Silva, e suplentes João Feliciano Nunes, José Luiz Martins de Oliveira Ceolin e Jussara Pires da Silva. A posse dos membros eleitos acontece tão logo os nomes sejam homologados pelo Banco Central.

*Citada algumas vezes durante a AGO, gestão temerária é caracterizada como crime contra o sistema financeiro e quem a comete é punido com pena de reclusão de dois a oito anos, mais multa. Ela ocorre quando o dirigente de instituição financeira pratica uma operação de risco, concedendo, por exemplo, empréstimo para uma pessoa que, submetida à análise de crédito, ficou comprovada sua incapacidade de pagamento.*

### SICOOB COOPSEF

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda - SICOOB COOPSEF

Av. Brasil, 1660  
PABX: (31) 3269.5700  
Fax: (31) 3269.5724

www.sicoobcoopsef.com.br  
sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

Ouvidoria SicoobCoopsef  
Reclamações, elogios e sugestões  
**0800 283 4086**

#### Conselho de Administração Efetivo

Antônio de Ávila e Silva  
Álvaro César Cunha  
Carlos Eugênio Souto Maior Filizzola  
Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Celmar Silveira  
Geber Soares de Oliveira  
Geraldo Magela Cotta  
Rita da Penha Ventorim Glória Leal

#### Diretoria Executiva

Antônio de Ávila e Silva  
(diretor presidente)  
Álvaro César Cunha  
(diretor administrativo)  
Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
(diretor financeiro)

#### Conselho Fiscal Efetivo

Adriana Ackls Codo Santos  
José Onésio Leite  
Mauro Ernani Nascimento

#### Suplentes

João Feliciano Nunes  
José Luiz Martins de Oliveira  
Oscar Dias da Silva

#### Superintendente Geral

José Francisco Coelho

#### Jornalista Responsável

Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte:  
Rosane Mandacaru (31) 98784.9487

Tiragem  
6.200 exemplares

Circulação  
Distribuição Gratuita

# É muito fácil fazer negócios com o Sicoob Coopsef.

Quanto mais operações, maior seu retorno no recebimento das Sobras.

## CONHEÇA E USE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS

- Conta corrente
- Cheque Especial
- Cartão de Crédito e Débito
- Home Banking (Autoatendimento)
- Banco 24 Horas
- Aplicação financeira RDC
- Poupança Sicoob
- Seguros
- Empréstimo especial
- Troca de cheques
- Adiantamento de 13º salário
- Antecipação de Imposto de Renda
- Financiamento de Imóveis
- Financiamento de Veículos

Vá à sua Cooperativa, antes de se dirigir à outra instituição financeira.

No Sicoob Coopsef, você está em casa e tem a melhor opção de negócio.

Quem acredita no

**SICOOB COOPSEF**  
ganha sempre.



Remetente:  
SICOOB COOPSEF - Av. Brasil, 1660 • Boa Viagem  
30140-004 • Belo Horizonte • MG  
Tel: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724  
[www.sicoobcoopsef.com.br](http://www.sicoobcoopsef.com.br) • [sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br](mailto:sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br)

**Impresso Especial**

CONT. Nº 9912211389  
ECT/DR/MG  
Coopsef

---CORREIOS---



IMPRESSO FECHADO  
PODE SER ABERTO PELA ECT